



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Departamento Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde.

2 – OBJETO A SER LICITADO

Aquisição de material permanente, compreendendo móveis planejados destinados às unidades de saúde da família (esf) centro e rural, visando atender às necessidades da secretaria municipal de saúde, conforme os projetos, especificações técnicas, características, condições, obrigações e requisitos estabelecidos nos documentos técnicos que integram o processo.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda decorre da necessidade de dotar as Unidades de Saúde da Família ESF Centro e ESF Rural de mobiliário adequado às atividades administrativas, assistenciais e de apoio desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. As unidades de saúde necessitam de ambientes organizados, funcionais e compatíveis com as exigências operacionais e sanitárias, a fim de garantir a eficiência dos serviços prestados à população.

O mobiliário atualmente existente mostra-se insuficiente, inadequado ou incompatível com a disposição física dos ambientes e com as necessidades atuais das unidades, não atendendo de forma satisfatória às rotinas de trabalho, ao armazenamento seguro de materiais, prontuários e insumos, nem às condições ergonômicas exigidas para os profissionais de saúde.

A aquisição de móveis planejados, conforme projetos e especificações técnicas, apresenta-se como a solução mais adequada para o aproveitamento racional dos espaços disponíveis, possibilitando a padronização dos ambientes, a melhoria dos fluxos de trabalho e a organização eficiente dos setores administrativos e assistenciais. Além disso, os móveis planejados permitem melhor adequação às dimensões e características físicas de cada ambiente, garantindo funcionalidade, durabilidade e segurança no uso.



Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar melhores condições de funcionamento das Unidades de Saúde da Família, contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população, proporcionar condições adequadas de trabalho aos servidores e preservar o patrimônio público, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, planejamento e economicidade.

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por objeto a aquisição, fabricação, fornecimento, transporte, montagem e instalação de móveis planejados, a serem executados por empresa especializada no ramo de mobiliário sob medida, devidamente constituída e com capacidade técnica compatível com o objeto, em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e critérios de sustentabilidade previstos neste instrumento e no futuro Termo de Referência.

A presente contratação fundamenta-se no disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 6º, inciso XXI, e demais dispositivos aplicáveis às aquisições de bens permanentes pela Administração Pública.

Para a execução do objeto, serão observados os projetos técnicos, plantas, detalhamentos, memoriais descritivos, especificações de materiais, dimensões, acabamentos e layouts, que integram o processo administrativo, os quais definem de forma clara e suficiente as características dos móveis a serem fornecidos, assegurando a viabilidade técnica, funcional e estética, bem como a adequada utilização dos espaços das unidades de saúde.

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

a) Definição dos locais de instalação, correspondentes às Unidades de Saúde da Família (ESF) Centro e Rural, conforme endereço: Rua Dos Ipês, 736-E, Centro, Comodoro-MT.

b) Definição dos móveis planejados a serem fornecidos, incluindo tipos, quantidades, dimensões, materiais, padrões de acabamento, ferragens, cores e demais características técnicas, conforme projetos e documentos técnicos anexos;



- c) Os móveis deverão ser fabricados sob medida, observando rigorosamente as dimensões e layouts previstos nos projetos, garantindo perfeito encaixe, funcionalidade, ergonomia e segurança no uso;
- d) Utilização de materiais novos, de primeira linha, compatíveis com ambientes de uso intenso e coletivo, especialmente ambientes de saúde, devendo apresentar resistência, durabilidade, facilidade de limpeza e manutenção;
- e) As ferragens, corrediças, dobradiças e demais componentes deverão ser de qualidade comprovada, compatíveis com o uso contínuo, garantindo bom desempenho e vida útil adequada;
- f) A contratada deverá ser empresa especializada em mobiliário planejado, com experiência comprovada na fabricação e instalação de móveis sob medida;
- g) Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento e instalação de móveis planejados com características semelhantes ao objeto da contratação;
- h) A contratada será responsável pelo transporte, descarga, montagem, instalação e ajustes finais dos móveis nos locais indicados, incluindo todos os insumos, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários;
- i) Os serviços de montagem e instalação deverão ser executados de forma a não comprometer a rotina das unidades de saúde, observando horários previamente acordados com a fiscalização;
- j) Deverá ser apresentado prazo de entrega e instalação, compatível com o cronograma definido pela Administração, incluindo eventuais etapas intermediárias;
- k) Todos os móveis instalados deverão estar em perfeito estado de funcionamento, nivelados, fixados quando necessário e em conformidade com os projetos aprovados;
- l) A contratada deverá oferecer garantia mínima para os móveis e componentes fornecidos, conforme condições a serem estabelecidas no Termo de Referência.



4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

A execução do objeto deverá observar princípios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá adotar práticas que promovam:

- a) Uso racional de matérias-primas, priorizando materiais com maior durabilidade e menor impacto ambiental;
- b) Redução do desperdício de insumos durante os processos de fabricação e instalação dos móveis;
- c) Destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, tais como embalagens, sobras de materiais, resíduos de madeira, MDF ou similares, conforme a legislação aplicável;
- d) Cumprimento da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como demais normas ambientais pertinentes;
- e) Sempre que possível, utilização de materiais provenientes de fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seus processos produtivos;
- f) Adoção de medidas que minimizem impactos ambientais durante o transporte, montagem e instalação dos móveis.

A fiscalização da contratação deverá verificar o cumprimento das práticas sustentáveis, especialmente quanto à destinação correta dos resíduos decorrentes da execução do objeto.

4.3 REQUISITOS DE EXTERNOS OU LEGAIS

A contratação deverá observar, entre outras, as seguintes normas legais e regulamentares:

- a) **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas técnicas da **ABNT** aplicáveis à fabricação, segurança, ergonomia e qualidade de mobiliário;
- c) **Lei nº 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;



- d) Demais legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis à fabricação, fornecimento e instalação de móveis planejados;
- e) Normas de segurança do trabalho, quando da execução das atividades de montagem e instalação.

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

5.1 MODALIDADE DA LICITAÇÃO

A escolha da modalidade “**PREGÃO**”, em sua forma eletrônica, justifica-se por proporcionar ampla competitividade, maior transparência e eficiência no processo de contratação, além de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios que regem as licitações públicas e com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O pregão caracteriza-se como modalidade de licitação destinada à contratação de **bens e serviços comuns**, conforme definido no **art. 28, inciso I**, da Lei nº 14.133/2021, sendo aplicável sempre que os **padrões de desempenho e qualidade do objeto possam ser objetivamente definidos no edital**, por meio de especificações usuais de mercado. Nessa modalidade, a disputa ocorre entre quaisquer interessados que atendam às condições de habilitação previamente estabelecidas, permitindo a ampla participação de fornecedores e a obtenção de melhores condições econômicas para a Administração.

Nos termos do **art. 29 da Lei nº 14.133/2021**, tanto o pregão quanto a concorrência observam o **rito procedimental comum**, compreendendo as fases de planejamento, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, fase recursal e homologação. Todavia, o pregão se destaca pela **dinamicidade da fase competitiva**, com a utilização de lances



sucessivos, o que potencializa a redução de preços e a economicidade da contratação.

Na fase de planejamento, a legislação estabelece que o **pregão deverá ser adotado preferencialmente** quando o objeto da contratação não envolver serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nem obras ou serviços de engenharia que não se enquadrem como comuns. Tal entendimento encontra respaldo no **Tribunal de Contas da União (TCU)**, que admite a utilização do pregão para contratações cujas especificações técnicas sejam objetivas e padronizáveis, ainda que envolvam bens sob medida, desde que não demandem avaliação técnica subjetiva.

No caso em análise, o objeto da presente contratação consiste na **aquisição de material permanente, compreendendo móveis planejados**, cujas características, dimensões, materiais, acabamentos e requisitos de qualidade encontram-se **claramente definidos nos projetos e documentos técnicos** que integram o processo. Trata-se, portanto, de **bem comum**, passível de julgamento pelo critério de **menor preço**, não configurando obra nem serviço de engenharia, tampouco exigindo conhecimento técnico especializado de natureza intelectual.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a possibilidade de definição objetiva das especificações, a busca pela maior competitividade e a observância ao disposto no **art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a preferência pela forma eletrônica, conclui-se que a **modalidade Pregão Eletrônico** revela-se a mais adequada para o processamento da presente licitação.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O enquadramento do objeto deve observar as orientações técnicas aplicáveis, especialmente a Orientação Técnica OT-IBR nº 002/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, e o Boletim Orientativo nº 01/2021 – Contratação e execução de obras e serviços de engenharia, da Diretoria de Auditoria de Obras Públicas, os quais estabelecem que a



caracterização como obra ou serviço de engenharia decorre da análise da natureza preponderante do objeto, do resultado principal esperado e da existência de atividade técnica que exija responsabilidade profissional nos termos da Lei nº 5.194/1966.

A Orientação Técnica OT-IBR nº 002/2009 esclarece que a obra de engenharia está associada à construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bens, enquanto o serviço de engenharia corresponde à execução de atividades técnicas que demandem acompanhamento e responsabilidade de profissional legalmente habilitado, sendo imprescindível avaliar se tais elementos estão efetivamente presentes no objeto contratado. O Boletim Orientativo nº 01/2021, por sua vez, reforça que obras e serviços de engenharia exigem, como regra, a elaboração de projetos técnicos formais, a definição clara de etapas construtivas e a assunção de responsabilidade técnica mediante ART ou RRT, não sendo o enquadramento determinado apenas pela denominação atribuída à contratação.

No caso concreto, considerando que o objeto consiste na aquisição de móveis planejados, com especificações objetivas e padronizáveis, e que a eventual montagem ou instalação constitui atividade acessória ao fornecimento do bem, sem intervenção estrutural ou modificação permanente das edificações, não se configuram os elementos caracterizadores de obra ou de serviço de engenharia nos termos da Orientação Técnica OT-IBR nº 002/2009 e do Boletim Orientativo nº 01/2021. Assim, o objeto deve ser corretamente *classificado como aquisição de material permanente*, regida pelas disposições aplicáveis às compras previstas na Lei nº 14.133/2021, mantendo-se a exigência de responsabilidade técnica apenas se, de forma superveniente, houver necessidade de execução de atividades típicas de engenharia.

5.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do Art. 6º, Inciso XXXVIII, da Lei Federal nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação



de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

A escolha do tipo “**MENOR PREÇO**” **por lote** se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquele de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

5.4 DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada sob o regime de *fornecimento de bens*, compreendendo a *aquisição de móveis planejados*, com a inclusão da montagem e instalação como obrigação acessória e indispensável à plena utilização dos bens, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza do objeto, que não se caracteriza como obra ou serviço de engenharia, mas como aquisição de material permanente. A montagem e eventual fixação do mobiliário não alteram a natureza principal da contratação, permanecendo como etapa acessória do fornecimento, sem intervenção estrutural ou complexidade técnica típica de obras.

A remuneração da contratada ocorrerá mediante o fornecimento, instalação e aceitação definitiva dos bens, conforme critérios de recebimento estabelecidos no Termo de Referência, observadas as especificações técnicas, padrões de qualidade e prazos pactuados. A contratada será responsável pelo



fornecimento integral dos materiais, componentes e acessórios necessários à entrega dos móveis em perfeitas condições de uso.

A execução contratual não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, cabendo à contratada definir os recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento das obrigações assumidas, desde que atendidos os prazos, a qualidade exigida e as demais condições previstas nos documentos da contratação.

5.5 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Será assegurada a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, sendo-lhes garantidos os benefícios legais aplicáveis, desde que atendidas as condições de habilitação e demais exigências previstas nos instrumentos da contratação

5.6 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista a natureza do objeto, que consiste na aquisição de móveis planejados, sem complexidade técnica ou operacional que justifique a união de empresas para execução contratual, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

5.7 PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Não será admitida a participação de empresas estrangeiras, considerando que o objeto da contratação refere-se ao fornecimento de bens com instalação acessória, amplamente disponíveis no mercado nacional, de modo que a restrição não compromete a competitividade e contribui para a eficiência, a segurança jurídica e a adequada execução contratual.

5.8 SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação apenas para atividades acessórias, tais como a montagem e instalação dos móveis, desde que previamente autorizada pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pelo fornecimento, qualidade, prazos e demais obrigações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



5.9 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As quantidades, especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos que integram a contratação deverão ser rigorosamente observadas pela contratada. Eventuais inconsistências ou divergências identificadas pelos licitantes deverão ser objeto de impugnação tempestiva do instrumento convocatório, nos termos da legislação aplicável.

Nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos poderão ser alterados, desde que devidamente justificados, nas hipóteses legalmente previstas, observados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente. Assim, eventuais alterações contratuais somente serão admitidas quando necessárias à adequada execução do objeto, à preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou à adequação a interesse público superveniente, devidamente motivado.

Considerando que a contratação tem por objeto o fornecimento de bens, eventuais alterações limitar-se-ão à adequação de quantitativos, especificações técnicas ou condições de execução, desde que não impliquem modificação substancial do objeto originalmente pactuado nem descaracterizem a natureza da contratação. Não será cabível a realização de aditivos para correção de falhas que poderiam ter sido identificadas na fase licitatória, salvo quando comprovadamente necessárias para garantir a continuidade da execução contratual ou o atendimento ao interesse público.

As alterações contratuais, quando admitidas, deverão ser precedidas de análise técnica e jurídica e formalizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, em estrita observância aos princípios da legalidade, da segurança jurídica, da economicidade e do interesse público.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada consiste na aquisição de móveis planejados, compreendendo o fornecimento, a entrega, a montagem e a instalação dos bens necessários ao adequado funcionamento das Unidades de Saúde da Família



(ESF) Centro e Rural, de forma a atender às necessidades operacionais, administrativas e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde.

Os móveis serão fornecidos conforme especificações técnicas previamente definidas, contemplando dimensões, materiais, acabamentos, resistência, funcionalidade, ergonomia, durabilidade e garantia, assegurando padronização, qualidade e compatibilidade com os ambientes onde serão instalados. A solução proposta visa à otimização dos espaços físicos existentes, ao melhor aproveitamento das áreas disponíveis e à melhoria das condições de trabalho dos servidores e do atendimento prestado à população.

A montagem e instalação dos móveis constituem etapas acessórias ao fornecimento, necessárias para a correta utilização dos bens, não implicando execução de obra ou serviço de engenharia, tampouco intervenções estruturais nas edificações. Caberá à contratada a responsabilidade integral pelo fornecimento de todos os materiais, componentes, acessórios e mão de obra necessários à completa execução do objeto, observados os prazos e condições estabelecidos nos documentos da contratação.

A solução foi definida após análise das alternativas disponíveis no mercado, considerando critérios de economicidade, eficiência, padronização, facilidade de manutenção e durabilidade, revelando-se a mais adequada para suprir a demanda identificada, com menor custo global e maior benefício à Administração Pública. Dessa forma, a contratação proposta atende ao interesse público, promove a melhoria da infraestrutura das unidades de saúde e contribui para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O objeto da contratação está previsto na elaboração e cumprimento da LOA. Com isso, há previsão orçamentária na LOA 2025 para execução do objeto conforme consta das informações básicas.

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT. ESTIMADA
------	-----------	----	--------------------



1	Aquisição de material permanente, compreendendo móveis planejados destinados às unidades de saúde da família (esf) centro e rural, visando atender às necessidades da secretaria municipal de saúde, conforme os projetos, especificações técnicas, características, condições, obrigações e requisitos estabelecidos nos documentos técnicos que integram o processo.	UN	01
---	--	----	----

As quantidades estimadas foram definidas com base no levantamento das necessidades reais das Unidades de Saúde da Família (ESF) Centro e Rural, considerando o layout dos ambientes, o número de setores atendidos e a funcionalidade requerida para o adequado desempenho das atividades administrativas e assistenciais.

8 – ESTIMATIVA DE VALORES

A estimativa de valores foi realizada a partir de pesquisa de preços junto a fornecedores locais, aptos a fornecer móveis planejados conforme as especificações técnicas e os projetos elaborados para as unidades em questão, assegurando compatibilidade com os preços praticados no mercado regional. Ressalta-se que não foi possível a utilização de bases oficiais de consulta, tais como Banco de Preços ou Radar, uma vez que não há registros de mobiliários com grau de especificidade equivalente aos projetos personalizados desenvolvidos para os ESFs, o que inviabiliza a obtenção de parâmetros fidedignos nessas plataformas.

Os valores coletados junto aos fornecedores foram analisados e tratados por meio do cálculo da mediana, com o objetivo de mitigar distorções decorrentes de eventuais valores discrepantes, sendo o resultado adotado como referência para a definição do orçamento estimado e devidamente registrado no processo



administrativo, em observância aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da vantajosidade para a Administração Pública, totalizando o valor estimado de **R\$ 196.580,00 (noventa e seis mil, quinhentos e oitenta reais)**.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação ***não será parcelada***, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de móveis planejados, cujas características técnicas, funcionais e estéticas demandam padronização, compatibilidade e integração entre os itens, de modo a garantir uniformidade, qualidade e adequado aproveitamento dos espaços físicos das Unidades de Saúde da Família (ESF) Centro e Rural.

O parcelamento do objeto poderia comprometer a harmonia do conjunto, gerar incompatibilidades técnicas entre materiais, acabamentos e sistemas de montagem, além de dificultar a responsabilização do fornecedor quanto à qualidade, garantia e prazos de entrega e instalação. Ademais, a execução do objeto por um único fornecedor contribui para maior eficiência na gestão contratual, redução de riscos operacionais e melhor controle da execução.

Ressalta-se, ainda, que a contratação em lote único não restringe a competitividade, uma vez que há, no mercado regional, fornecedores aptos a atender integralmente às especificações técnicas exigidas. Dessa forma, a opção pela não divisão do objeto revela-se a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar. A aquisição de móveis planejados configura solução autônoma, suficiente para atender à necessidade identificada, não dependendo de outras contratações para sua implementação ou funcionamento.

Ressalta-se que a execução do objeto não está condicionada à existência de contratos em vigor ou em fase de planejamento no âmbito deste



departamento, podendo ser realizada de forma independente e integral no âmbito da contratação proposta.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação proposta, pretende-se dotar as Unidades de Saúde da Família (ESF) Centro e Rural de mobiliário planejado adequado, garantindo melhor organização dos ambientes, otimização dos espaços físicos disponíveis e melhoria das condições de trabalho dos servidores. Espera-se, ainda, proporcionar maior funcionalidade, ergonomia e durabilidade dos móveis, contribuindo para a eficiência das atividades administrativas e assistenciais desenvolvidas nas unidades.

Como resultados adicionais, almeja-se a padronização do mobiliário, a redução de custos futuros com manutenção e substituições, bem como a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população, em razão de ambientes mais adequados, organizados e funcionais. A solução proposta busca atender ao interesse público, promovendo eficiência, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos, em consonância com os objetivos da Administração Pública.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas as providências necessárias à conclusão regular do processo administrativo, incluindo a consolidação dos documentos técnicos, a validação do orçamento estimado, a verificação da disponibilidade orçamentária e a análise jurídica quanto à conformidade do procedimento com a legislação vigente.

Deverá ser realizada, ainda, a homologação do certame pela autoridade competente e a comprovação das condições de habilitação da empresa vencedora, conforme exigências estabelecidas nos instrumentos da contratação. Concluídas essas etapas, o processo estará apto para a formalização contratual, assegurando-se que a contratação atenda aos princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e do interesse público.



13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A contratação proposta apresenta baixo impacto ambiental, uma vez que se refere à aquisição de móveis planejados para ambientes já existentes, não envolvendo obras, intervenções estruturais ou alterações físicas que possam gerar impactos ambientais significativos.

Os principais impactos ambientais associados ao objeto concentram-se no uso de matérias-primas, no processo de fabricação do mobiliário e na eventual geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens e sobras de materiais decorrentes da entrega e instalação. Tais impactos são considerados pontuais e mitigáveis.

Como forma de tratamento e mitigação, serão observadas, quando aplicável, boas práticas ambientais, tais como a correta destinação de resíduos gerados, a utilização de materiais em conformidade com normas ambientais vigentes e o estímulo ao uso racional de recursos. A contratada deverá adotar procedimentos adequados para a coleta e descarte ambientalmente correto de embalagens e resíduos resultantes da execução do objeto, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são mínimos e controláveis, não havendo necessidade de medidas ambientais complexas, sendo suficientes as ações preventivas e de mitigação compatíveis com a natureza do objeto.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos. Portanto a contratação é **necessária e viável**, desde que sejam garantidos os recursos orçamentários e demais elementos necessários à sua sequência e bom andamento dos serviços contratados.

15 - ANEXOS

Sem anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
COMODORO
ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

16- RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Comodoro-MT, 14 de Janeiro de 2026.

Diego Garcia Galvão Costa
Secretário de Planejamento e orçamento

Fabio Henrique Carraro
Secretário Municipal de Saúde

Eduardo Ferreira da Silva
Coordenador de Departamento
Secretaria de planejamento e orçamento



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0EB4-D5A8-41F6-4B9A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDUARDO FERREIRA DA SILVA (CPF 060.XXX.XXX-56) em 20/01/2026 09:33:42 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



FABIO HENRIQUE CARRARO (CPF 006.XXX.XXX-57) em 20/01/2026 10:02:43 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DIEGO GARCIA GALVÃO COSTA (CPF 891.XXX.XXX-91) em 20/01/2026 10:58:47 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/0EB4-D5A8-41F6-4B9A>